

Reforço da Base

Educação

COM a verba superior a um bilhão de cruzados que o Ministério da Educação acaba de destinar-lhe o ensino primário contará no próximo ano com mais 12 mil salas de aula, vagas novas para cerca de um milhão de alunos e meios para treinar quase 200 mil professores. Seria auspicioso se essa medida representasse efetivamente o fim de uma era, longa de vários decênios, durante a qual o ensino de primeiro grau foi o grande enjeito da política educacional do país.

Desde os anos 60, como se sabe, a tendência foi no sentido de carrear para o alto da pirâmide a maioria dos recursos reservados à educação. Os resultados trazidos por esse critério de divisão foram desastrosos. Os índices de analfabetismo mantiveram-se exageradamente altos para as exigências de um país em desenvolvimento. E a erosão da base acabou por abalar a estrutura inteira, com uma baixa generalizada na qualidade do ensino.

A decisão de aumentar o volume de dinheiro para o ensino fundamental não é ainda o seu resgate. Mas é, sem dúvida, o primeiro passo concreto que se dá com esse objetivo. Estranha-se, portanto, que a medida seja recebida com tantas restrições pelas cúpulas das organizações que representam o professorado primário.

Que há de errado no ato ministerial? Não é centralizador, pois os recursos serão repassados aos municípios, a quem competirá aplicá-los. Não se sustenta a alegativa de que a distribuição foi antecipada para preceder as eleições. A antecipação atende a uma antiga reivindicação dos municípios, que só recebiam tais

verbas entre dezembro e janeiro, dificultando o seu uso no início do ano letivo.

À falta de melhor argumento, faz-se a previsão de que o governo não alcançará a meta de, pelo fim da década, oferecer matrículas para todas as crianças entre sete e quatorze anos, simplesmente porque não conseguirá deter a evasão escolar. É claro que a evasão continuará, principalmente no meio rural, onde os filhos são retirados da escola para ajudar os pais nos meses de plantio e de colheita. Mas não é preciso esperar que o país elimine a pobreza para só então atacar os efeitos desse fenômeno.

A evasão escolar pode ser contornada pela existência de um sistema de educação informal, funcionando paralelamente à rede de escolas convencionais, com a função de absorver não apenas os adultos que permaneceram analfabetos, mas também as crianças e adolescentes impossibilitados de freqüentar regularmente a escola. Esse sistema vem sendo montado aos poucos, através de convênios com municípios, órgãos regionais e entidades privadas.

O indispensável é que o governo persevere na nova política de dar prioridade ao ensino fundamental e que preencha os seus vazios com a educação informal. Quanto às lideranças do professorado, em vez de reagir com murmúrios de irritação ideológica às medidas das autoridades educacionais, fariam melhor se se dispusessem a sugerir como torná-las mais eficazes e — por que não? — fiscalizar com espírito construtivo a sua aplicação.